



Número: **0800112-60.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **14/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Inadimplemento, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO SILVA SOUSA (AUTOR)		SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
89180 47	14/04/2020 20:29	Despacho	Despacho
76306 65	13/12/2019 16:06	Certidão	Certidão
56639 44	16/07/2019 12:10	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
56639 88	16/07/2019 12:10	DECLARACAO	MANIFESTAÇÃO
44134 49	15/05/2019 22:10	Despacho	Despacho
42966 03	14/02/2019 16:47	Petição Inicial	Petição Inicial
42966 11	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_001	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42966 22	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_003	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42966 25	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_004	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42966 37	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_006	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42968 53	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_007	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42968 57	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_008	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42998 89	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_002	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
42998 91	14/02/2019 16:47	docs - antonio silva sousa_parte_005	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Única da Comarca de União DA COMARCA DE UNIÃO
Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

PROCESSO Nº: 0800112-60.2019.8.18.0076
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Inadimplemento, Seguro]
AUTOR: ANTONIO SILVA SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade da justiça.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do CPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM, além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/ 2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

UNIÃO-PI, 14 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de União



PROCESSO Nº: 0800112-60.2019.8.18.0076
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Inadimplemento, Seguro]
AUTOR: ANTONIO SILVA SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

UNIÃO-PI, 13 de dezembro de 2019.

MANUELA LIMA DE JESUS
Secretaria da Vara Única da Comarca de União



EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIAO - PI

ANTONIO DA SILVA SOUSA, já devidamente qualificado nos autos , vem através de seu advogado com procuracao protocolada junto ao processo, apresentar manifestacao em relacao ao despacho de Vossa Excecelencia, anexando junto a mesma DECLARACAO DE POBREZA do Autor.

Segue anexo a Declaracao.



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

antonio SILVA SOUSA

brasileira, SOLTEIRO residente e domiciliada na localidade LC. AREIAS
LAGOA-ALEGRE-PI, **DECLARO** para os devidos fins e sob as penas de lei que, sou
~~pobre~~ na acepção jurídica da palavra, não podendo prover as despesas processuais sem
~~prejuízo~~ do meu próprio sustento. Que pelo presente instrumento particular goza o mesmo de
todos os direitos possíveis, legais vigentes e na forma da (CARTA MAGNA) Constituição
Federal.

União(PI), 01 de julho de 2019





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Vara Única da Comarca de União

Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

PROCESSO Nº: 0800112-60.2019.8.18.0076 M

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Inadimplemento, Seguro]

AUTOR: ANTONIO SILVA SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Inicialmente, indefiro o pedido de tramitação da presente demanda pelo rito do juizado especial considerando que nesta Comarca existe Juizado Especial. Assim, o presente feito tramitará pelo rito ordinário. No entanto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias à parte requerente para que se manifeste sobre o interesse na continuidade da presente demanda pelo rito ordinário ou para que desista da presente ação e ajuíze a mesma perante o JECC desta Comarca.

No caso de continuidade da presente demanda, a parte autora deverá, no mesmo prazo, juntar declaração de pobreza assinada ou procuração com fins específicos, nos termos do art. 105 do CPC, para análise do pedido de gratuidade de justiça.

O não cumprimento deste, importará no arquivamento do feito.

Cumpra-se. Expedientes necessários.

UNIÃO-PI, 15 de maio de 2019.

MARIANA CRUZ ALMEIDA PIRES

Juíza de Direito



Assinado eletronicamente por: Mariana Cruz Almeida de Sousa - 15/05/2019 22:10:52

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051522105286100000004245711>

Número do documento: 19051522105286100000004245711

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE UNIÃO- ESTADO DO PIAUÍ.

***“ Justiça lenta não é Justiça, mas
Uma injustiça qualificada. ”
Ruy Barbosa.***

ANTONIO SILVA SOUSA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. nº 2.573.572-SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 012.442.713-81, residente e domiciliado na Localidade Areias, nesta cidade Lagoa Alegre- PI, por intermédio de seus procuradores e advogados ao final assinados, procuração (doc. 01), com escritório profissional situado á rua Benedito Rego, 1214, centro, União-PI, onde recebera intimações, vem mui respeitosamente, á presença de V. Exa. com fundamento no **art. 3º, II da Lei 6.194/74 e na Lei 9.099/95, propor:**

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO- DPVAT.

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/NF nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expendidos:

DA SINOPSE FÁTICA

O requerente, no **dia 13/06/2018**, por volta das 10:07hs, sofreu grave acidente de trânsito, do qual sua invalidez permanente, fato este registrado junto á autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada á exordial.

Verifica-se que o requerente encontra-se incapacitada para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nesta exordial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

DO INTERESSE DE GIR- Via administrativa inadequada- Irregularidades no pagamento leve ao ajuizamento para cobrança de diferenças.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferido o **art. 5º,XXXV, da CF.**



Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO.DPVAT.
INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL.
DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO
ADMINISTRATIVO.

Restou evidenciado no caso em dela o interesse processual da parte autor, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegura o pagamento da cobertura securitária.

A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a Parte postulante não está obrigado a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. Portanto, a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (**APELAÇÃO CÍVEL Nº 70032143505, quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz do Canto, Julgador em 30/09/2009.**

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quando á inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autor, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBBRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:**

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento se quer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o **LUCRO** em detrimento das vítimas.

Administrativamente a seguradora, além de negar o pedido via administrativa, não paga corretamente, a correção monetária cuja o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a parti daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

Nos processos administrativos realizados pela seguradora, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médios escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a ser um formulário que contém as quantificações em 10%, 25%,50%, 75% e 100%, ou seja, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias



e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referente a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, **porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar, e até desmotiva-la.**

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobrança de seguros.

Portanto, resguarda o jurisdicionamento no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima exposto.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados á sua integridade física, dentre os quais: **Lesão, fratura completa, desalinhada, na diáfise distal do rádio e da ulna, com desvio lateral das porções laterais, placa e parafusos metálicos nas porções proximais**, tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira ás vitimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Por fim, cabe salientar, que a seguradora recebeu a invalidez permanente da Autora e realizou o pagamento administrativo do jeito que quer e as vezes nega o pagamento, bem inferior ao valor a que tem direito o requerente, razão pelo qual vem a juízo pleitear a diferença da indenização.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DA LEGITIMAÇÃO PASSIVA

No tocante á legalidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das **Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVT** responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, senão vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RESP: nº 401418- MG RE: 2001.094323-0
DJ: 10/06/2002PAG.220
MINISTERIO RUY ROSADO AGUIAR

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT.Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, **qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurando seu direito de regresso. Procedente. Recurso conhecido e provido.**”(g.n).



RESP nº 595105/RJ
RECURSO ESPECIAL 2003/0168290-0
DJ 26/09/2005 p. 382.
MINISTERIO ALDIR PASSARINHO JUNIOR

“ CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92.

- 1 . O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes. ”(g.n)

DA PREVISÃO LEGAL

Sucede que, a invalidez permanente sofrida pela requerente gerou este o direito de receber o **SEGURO DPVAT, na importância equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme pasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela lei 11.482/07:**

“ **Art. 3º** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

- I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II -até R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente; e

- I- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso á vitima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. ” (g.n).

Nesse contexto, a MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09, em seu artigo, 31, acrescentou ao art. 3º acima transcrito, “ verbis”:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que **não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa**, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

- I- quando se tratar de invalidez permanente parcial completa



- perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor máximo da cobertura; e
- II- quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I desde parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda de seqüelas residuais. (grifamos).

No caso em tela, e conforme demonstra, o Requerente vem por meio desde, requerer os valores devidos do Seguro **DPVAT**, cujo valor para fins de indenização é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), considerado que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta, **lesão fratura completa, desalinhada, na diáfise distal do rádio e da ulna , com desvio lateral das porções laterais, placa e parafusos metálicos**, fato este que se amolda perfeitamente aos termos de presente Lei, conforme é possível verificar na tabela incluída pela lei 11.945/2009 como anexo da lei 6.194/774.

DA ILEGALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA FENASEG CONTRARIANDO DISPOSITIVO DE LEI.

É de bom alvitre mencionar também, que as seguradoras se arrimam numa “ **obscura resolução** ” da FENASEG para negar o pagamento integral da indenização, que é devido por força de lei às vítimas de acidentes de trânsito.

A diminuição do valor pago é ilegal, porque o direito do Requerente está fundamentada em lei, e uma mera Resolução de caráter administrativo não tem o condão de revogá-la. E não é o entendimento dos nossos Tribunais.

DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONSUMO

No presente feito, é patente que a relação existente ente o Requerente e a Requerida trata-se de relação de consumo, onde esta presta o serviço, no caso de seguro obrigatório- DPVAT- estando também submetida ao regramento do CDC no que tange ao reconhecimento da vulnerabilidade da parte Autora perante a Ré.

Tal entendimento já encontra-se totalmente pacificado pela jurisprudência, conforme evidenciado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL- PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADAS- CIVIL- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- INVALIZER PERMANENTE – INDENIZAÇÃO MÁXIMA DEVIDA- DATA DO SINISTRO- LEI N° 6.194/74—VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO- POSSIBILIDADE- CORREÇÃO MONETÁRIA- TERMO INICIAL- EVENTO DANOSO – SENTENÇA MANTIDA.



- 1- A responsabilidade da seguradora deve ser reconhecida, mormente se considerado que a relação jurídica submete-se às regras do CDC, que prevê a responsabilidade solidária de todas que participem da cadeia de consumo.
- 2- À luz do disposto nos artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil, o juiz é soberano na análise das provas, cabendo a ele a determinação das provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, para que decida, fundamentadamente, de acordo com a sua convicção, não configurando, portanto, cerceamento de defesa o indeferimento de realização de perícia quando resta colacionado aos autos do IML e do INSS fornecendo as informações emanadas do Conselho Nacional de Segurança Privados CNSP.
- 3- Não pode ser aplicada a Lei nº 11.482/2007 para fixação do valor devido a título de segurança DPVAT para os casos de invalidez permanente, se vigente a Lei nº 6.194/74 à época do sinistro.
- 4- Comprovada a invalidez permanente de beneficiário de seguro obrigatório (DPVAT), resultante de acidente automobilístico que resultou em lesão permanente no fêmur esquerdo, a indenização devida a esse título deve corresponder a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do sinistro, nos termos do art. 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, mostrando-se ilegal a redução daquele quantum por normas de caráter infralegal, quais sejam, as resoluções emanadas do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP.
- 5- Não há incompatibilidade entre o disposto na Lei nº 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes do colendo STJ.
- 6- A correção monetária deve iniciar a partir da data em que o pagamento era devido, in casu, a partir do acidente.
- 7- Recurso conhecido e improvido. (20090310195595APC, Relator HUBERTON ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, Julgado em 24/03/2010, DJ 05/04/2010p. 126).

Desta forma, reconhecida a qualidade de fornecedor nos termos do CDC, devem incidir na presente relação processual todos os elementos inerentes à relação de consumo, capazes de equilibrá-la, possibilitando à parte vulnerável atuar no feito sem que tenha cerceado o seu direito de defesa.

DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Desta forma, o presente feito passou a discutir o valor devido em decorrência do referido acidente. Baseado na documentação acostada, não restam dúvidas, portanto que trata o feito de matéria de direito, onde passa-se a discutir qual o valor é realmente devido.

Neste contexto faz-se mister destacar o entendimento já consolidado em nossos Tribunais, senão vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL.



**INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO.
ILEGALIDADE PASSIVA.INTERESSE DE AGIR.
CERCEAMENTO DE DEFESA.
VIGENTE Á ÉPOCA DO SINISTRO. SALÁRIO MÍNIMO. MULTA (CPC) 475-J**

- 1- As seguradoras consorciadas ao seguro DPVAT são legítimas para integrar o pólo passivo da demanda em que se objetiva o recebimento da verba indenizatória devida em face de acidente de trânsito.
- 2- Revela-se presente o interesse de agir, quando se mostra útil e necessário o ajuizamento da ação de cobrança, notadamente quando nela se postula o recebimento da diferença da indenização do seguro obrigatório por invalidez permanente, no valor da diferença **entre 40 (quarenta)** salários mínimos e a quantia paga pela seguradora.
- 3- Inexiste cerceamento de defesa pelo fato de não se admitir produção de prova pericial, uma vez que o Magistrado não é obrigado a acolher todas as provas requeridas pela partes, sendo relevante observar que as **provas destinam-se ao Juiz**, cabendo a este delimitar a produção das mesmas ou proceder ao julgamento **antecipado quando já possui elementos suficientes para o deslinde da causa**.
- 4- Impõe-se a aplicação do art.3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, que fixa em 40 (quarenta) salários mínimos o valor indenizatório a título de seguro obrigatório (DPVAT), nos casos de invalidez permanente, porquanto, em obediência às regras de direito intertemporal, a legislação modificante tem alcance às situações fático-jurídicas somente após a sua entrada em vigor.
- 5- O cálculo efetuado mediante a aplicação da Resolução nº 1/75, do Conselho Nacional de Seguros Privados, não prevalece sobre o valor determinado pela Lei 6.194/74, em observância à hierarquia das normas.
- 6- Permite-se a atualização do salário mínimo para fixar o valor indenizatório relativo ao seguro obrigatório, servindo o mesmo como base de cálculo.
- 7- O valor a ser observado para fins de pagamento do seguro DPVAT é o salário mínimo vigente á época da efetiva liquidação do sinistro, ex vi do artigo 5º, § 1º, da Lei nº 6.194/74. No entanto, em observância do princípio que veda a reformatio in pejus, mantém-se a data do pagamento a menor.
- 8- É firme o entendimento jurisprudencial quanto á desnecessidade de intimação, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil.
- 9- Recurso desprovido. (20090110527298APC. Relator MARIO- ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, julgado em 20/05/2010, DJ 10/06/2010 P.92.

Neste caso, é límpido o direito pleiteado, bem como a possibilidade de antecipação do julgamento da lide, tendo em vista estarem presentes todos os elementos capazes de formar o convencimento do juiz, seja pelas provas do **acidente sofrido pelo Autor.** .



DOS PEDIDOS

REQUER os benefícios da justiça gratuita, por se tratar de pessoa desempregada e pobre na forma da Lei, não podendo, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família nos termos do que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal combinado com o art. 1º e 4º da Lei 1.060/50.

“ Ex positis ”, REQUER:

- a) **A citação da requerente**, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, na forma do **art. 18 da Lei nº9099/95, mediante correspondência com AR**, para que compareça á audiência de conciliação, instrução e julgamento agendada por este juízo, sob pena, de não comparecendo, ser-lhe decretada a revelia nos termos o artigo 20 da Lei 9.099/95;
- b) Conceder a Antecipação de Tutela, para determinar á requerida que efetue **o pagamento da indenização do segurado DPVAT** correspondente a **R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais)**.
- c) Julgar procedente a presente Ação, conforme a medida anterior, no sentido de Condenar a Seguradora-Ré, em decorrência do que determina a Lei, a pagar á Autora a indenização do Seguro DPVAT, correspondente a **R\$ 13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais)**. Com a devida correção monetária e juros seguros indícios oficiais regularmente estabelecidos;
- d) Condenar a Requerida nas custas e despesas processuais e nos honorários advocatícios de **20% (vinte por cento)** sobre o valor atualizado da condenação, em caso de interposição de recurso contra a decisão de 1º grau, mesmo que não tenha seguimento ou não seja recebido.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial, depoimento pessoal das partes, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais).

N. Termos, Pede e Espera Deferimento.

União-PI, 14 de janeiro 2019.

DR. Sérgio Luiz Oliveira Lobão
OAB- 2709



Washington Luís M. Soares Junior
EST. OAB 1888-E





PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

ESCRITÓRIO DA ADVOGACIA

DR. SÉRGIO LUIZ OLIVEIRA LOBÃO (OAB/PI Nº 2709)
WASHINGTON LUIS M. SOARES JUNIOR - 1888(E)
RUA BENEDITO REGO - 1254 - CENTRO - FONE 94253662

OUTORGANTE(S): Antônio Silva Lima, Brasileiro, Viúvo,
Estado Civil, Residência e Domicílio na
Rua Benedito, 1254, Zona Rural de União - PI.

OUTORGADOS: SÉRGIO LUIZ OLIVEIRA LOBÃO, brasileiro, casado, Advogado, devidamente cadastrado na ordem dos Advogados do Brasil - Sob Matrícula Nº 2709-PI e WASHINGTON LUIS MESQUITA SOARES JUNIOR, Nº 1888-E com Escritório Profissional nesta cidade na Rua Benedito Rego Nº 1254 - Centro, onde receberá intimações de estilo.

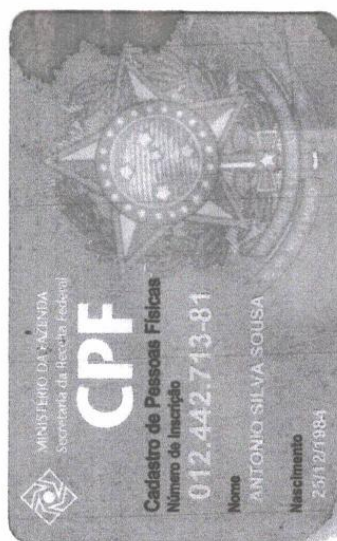
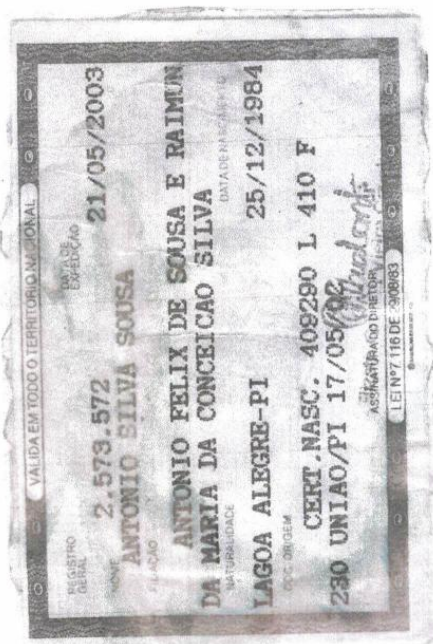
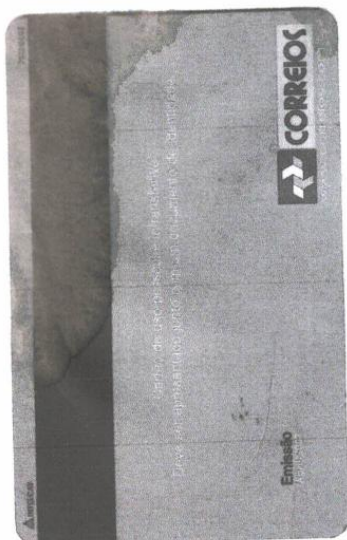
PODERES: Especiais e irrevogáveis para junto a este Juízo e Cartório Competente, Autarquias, Repartições Municipais, Estaduais, Federais, ingressar com AÇÃO DE Substituição de Pessoa, firmar compromissos, exigir e transigir, apresentar documentos comprobatórios e finalmente praticar todos os demais atos, para o mais amplo e fiel cumprimento mandato. O que tudo feito darei por bom, firme e valioso. Assinado para este pedido.

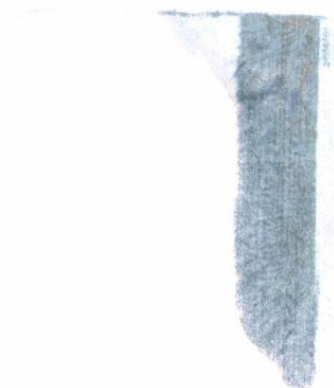
União(PI) .. 12 de Junho de 2019.

* Antônio Silva Lima
= OUTORGANTE =











COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - 54 - B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ/06/08

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

1449725-5

Nº da Nota Fiscal 006063750

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MAIO/2018	28/05/2018	59	32,69

ANTONIO FELIX DE SOUSA
LC AREIAS S/N B-RURAL
CPE: 0002178727300

LAGOA ALEGRE

ROT: 114.3-5.14.30

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	23.1	Atual:	21/05/2018
Anterior:	22.1	Anterior:	20/04/2018
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	21/06/2018
Consumo Medido:	59	Emissão:	18/05/2018
Consumo Faturado:	59	Apresentação:	21/05/2018
Classe de Fornecimento:	NORMAL	Idade - Consumo:	31

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classo/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESID. B.X. RENDA	MONO	A1295529		1.4.1.1	63

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
ABR/18	57	CONSUMO	30 A R\$ 0,263504 = 7,90
MAR/18	62		29 A R\$ 0,451737 = 13,10
FEV/18	65	CONTR. ILUMINACAO PLB. (COSIP)	2,24
JAN/18	66	DIFERENÇA DE TARIFA	24,29
DEZ/17	65	SUBVENCAO BAIXA RENDA	17,76
NOV/17	82	CORRECAO MONETARIA IGPM (2X)	0,38
OUT/17	70	MULTA POR ATRASO (2X)	1,78
SET/17	66	JUROS DE MORA DE IMPORTE / SLR	0,76
AGO/17	57	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -	0,18
JUL/17	48		

TARIFA SEM TRIBUTOS:
0 A 50 - 0,184490
01 A 59 - 0,329990

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

DEBITOS JA REAVISADOS
Mes/Ano Valor R\$
02/2018 49,92

***** AVISO DE DEBITOS VENCIDOS *****
Informamos a existência de débitos vencidos no valor de R\$
*****49,92 (sem acréscimos legais) até esta data. Caso o(s)
debtado(s) já tenha(m) sido pago(s), providenciar uma cópia de
atendimento da Eletrobras Distribuição Piauí com o(s) comprovante(s) de pagamento.

Declaramos quitados débitos desta UC no ano de 2017 (Lei 12007/09)
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25

RESERVADO AO FISCO 5E9C.B468.1113.64B4.7E7D.16FA.B58A.27E9

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	9,46	Base de Cálculo:	45,29
Energia:	17,96	Alíquota ICMS:	22,00%
Transmissão:	2,32	Valor do ICMS:	9,96
Encargos:	2,36	Valor do PIS:	0,39
Tributos:	12,19	Valor do COFINS:	1,84







ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA ALEGRE DO PIAUÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

BOLETIM DE ATENDIMENTO

DADOS SOBRE O ATENDIMENTO

Profissão: Enfermeiro Sexo: M Raca/Cor:

Filiação: _____
Mão: Francisco de J. da Conceição Junior

Município: Luís de Albuquerque Estado: PI

DADOS SOBRE O ATENDIMENTO

Motivo do Atendimento e descrição do exame Médico:

empresa de construção, após
levantando custos de aquisição

EXAMINES COMPETENTLY

DIAGNÓSTICO:

CONDUCTA:

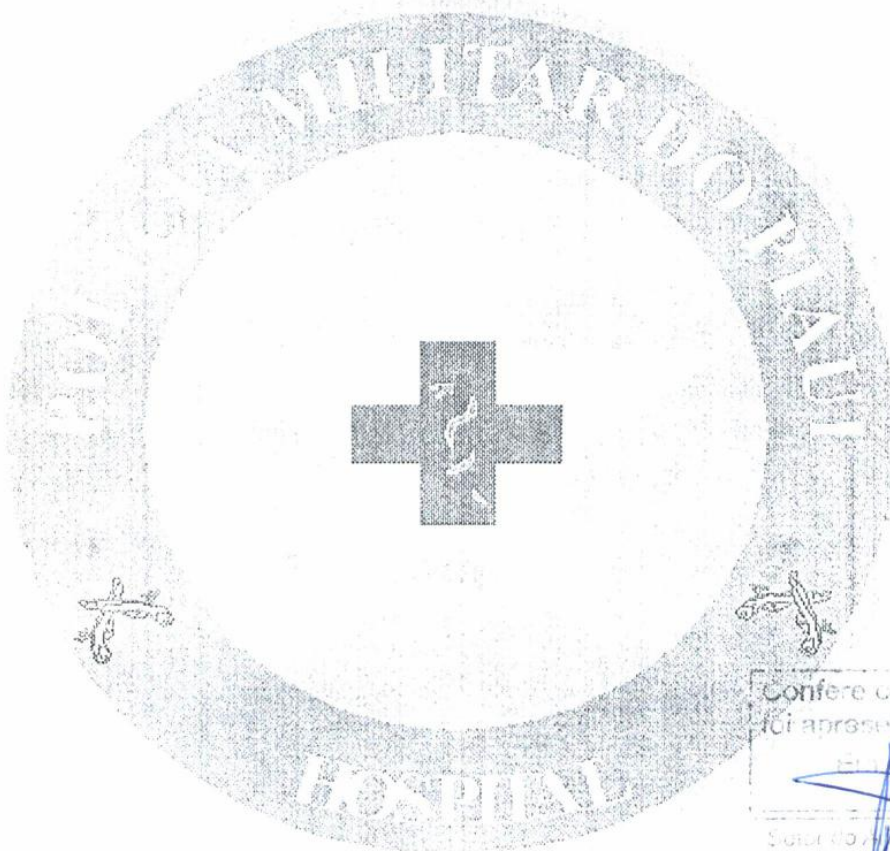
ASSINATURA DO PACIENTE

PACIENTE EM OBSERVAÇÃO





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original que
foi apresentado(a) para fe

Setor de Arquivo Técnico
Lúcia Helena Vasconcelos Reis T. PI
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-6

NOME DO PACIENTE:

Antônio Silva Sousa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO:

224930/18

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPi
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(ES)	Nº LAUDO: 60426
	AIH: 2218100161277

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	2323451
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	2323451

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO	SEXO
703001872649873	ANTONIO SILVA SOUSA	25/12/1984	224930	M
DOCUMENTO RG	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
2573572	86995395916	RAIMUNDA MARIA DA CONCEICAO SILVA	MARIA DO SOCORRO DA CONCEICAO	
CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)	NUMERO / LOTE		
64138000	LOC AREIAS	0		
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF	
ZONA RURAL		LAGOA ALEGRE	PI	

PROCEDIMENTO PRINCIPAL

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA UNICA DO RADIO DA ULNA	0408020431

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR	CÓDIGO		
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA UNICA DO RADIO DA ULNA	0408020431		
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA	CÓDIGO		
TRATAMENTO C CIRURGIAS MULTIPLAS	0415010012		
DIAGNÓSTICO INICIAL	CID 10 PRINCIPAL	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
FRATURA DAS DIAFISES DO RADIO E DO CUBITO [ULNA]	S524		

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Dr. Henrique Vasconcelos das Neves
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

PACIENTE COM FRATURA DO ANTEBRAÇO ESQUERDO, NECESSIDADE DE CIRURGIA. COM TRATAMENTO CIRURGIAS MULTIPLAS: TTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO C/ SÍNTESE: CID: S52.4 COD - 0408020423. RETIRADA DE PLACAS CID: Z47.0 COD=0408060379.

PROFISSIONAL SOLICITANTE

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)
EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR	
CNS SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO
180904106050001	11/04/2018

Dr. EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 2313 TEOT - 8054

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	
JOSE DE RIBAMAR SANTOS FILHO		
CNS AUTORIZADOR	ORGAO EMISSOR	DATA AUTORIZAÇÃO
170600533260002		19/03/2018 00:00:29

ilank







LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

2 - CNES

2323451

Atendimento

3 - Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE

4 - CNES

2323451

603880

Identificação do Paciente

5 - Nome: ANTONIO SILVA SOUSA

6 - Prontuário: 224930

7 - CNS: 703001872649873

8 - Nascimento: 25/12/1984

9 - Sexo: M

CPF: 012.442.713-81

11 - Mãe: RAIMUNDA MARIA DA CONCEICAO SILVA

12 - Fone: 86-9.5395916

13 - Resp: MARIA DO SOCORR DA CONCEICAO

14 - Cor: PARDA

15 - Ender.: LOCALIDADE AREIAS

0

ZONA RURAL

19 - CEP: 64138-000

16 - Munic: LAGOA ALEGRE

17 - Cod. IBGE: 220555

18 - UF: PI

RG: 25735-72

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Queda
nos membros inferiores

Dr. Henrique Vasconcelos Reis 1º Ten.
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

21 - Condições que justificam a Internação:

El

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

h x

Osteossíntese

Revisada de Placa

0408060379 (247.0)

0408020423 (552.4)

23 - Diagnóstico Inicial:

24 - Cid Princ.: S52.4

25 - Cid Sec.: _____

26 - Cid C.Ass.: _____

FRATURA DA DIAFISE DO RÁDIO

Refratado de fratura

28 - Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:

0408020431

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO / DA ULNA

Procedimento Solicitado

0415040012

Tempo SUS

2

29 - Clínica:

POSTO II

30 - Caracter.: 02

Ident.: 1

31 - Documento:

CPF

32 Doc. Med. Solic.

65265336491

33 - Nome Profissional / Assistente

EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR

34 - Data de Solicitação:

18/03/2018

DR. EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
RUA 2212 TEOT. 2054
35 - Ass. Carimbo Med. Solicitante

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.

39 - CNPJ Seguradora:

42 - Nº. Bilhete.

44 - Série

37 - () Acidente de Trabalho Típico.

42 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE. Empresa

44 - CBOR

38 - () Acidente de Trabalho Trajetado.

45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não Segurado.

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização.

48 - Documento

49 - Num. Documento

17/04/2018

Henrique Vasconcelos Reis
Assessor de Arquivo - DRCA/FMS
CRM-PI 166 / C.R. 035.000-833
CNS: 100912222-2 (Assessor)

51 - Assinatura Paciente ou Responsável

x Maria do Socorro da Conceição

Usuário: ROSANGELA.ARAUJO
Consulta Local:
Consulta SUS: 2018031851750
Impressão: 9:36:09







LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Nº. da Autorização de internação Hospitalar (AIH)

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2 - CNES 2323451	Atendimento 603880
3 - Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	4 - CNES 2323451	

Identificação do Paciente

5 - Nome: ANTONIO SILVA SOUSA	6 - Prontuário: 224930		
7 - CNS: 703001872649873	8 - Nascimento: 25/12/1984	9 - Sexo: M	CPF: 012.442.713-81
11 - Mãe: RAIMUNDA MARIA DA CONCEICAO SILVA	12 - Fone: 86-9.5395916	14 - Cor: PARDA	
13 - Resp: MARIA DO SOCORR DA CONCEICAO	15 - Ender.: LOCALIDADE AREIAS	16 - Cod. IBGE: 220555	17 - UF: PI
15 - Ender.: LAGOA ALEGRE	16 - Cod. IBGE: 220555	17 - UF: PI	RG: 25735-72

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Chaveado
Lesão aberta da ulna

21 - Condições que justificam a internação:

EH

*Leis Henrique Visconcelos Ex. 1º TEH
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105192193-2 Mat. 14495-3*

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

hx

23 - Diagnóstico Inicial: **FRATURA DA DIAFISE DO RÁDIO**

24 - Cid Princ.: **S52.3**

25 - Cid Sec.: _____

26 - Cid C.Ass.: _____

552.1

Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado: **TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO / DA ULNA**

29 - Clínica: **POSTO II**

30 - Carater.: **02**

31 - Documento: **CPF 65265386491**

32 Doc. Med. Solic. **415640012**

33 - Nome Profissional / Assistente: **EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR**

34 - Data de Solicitação: **18/03/2018**

Tempo SUS **2**

*DR. EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 2213 TEOT 8054
35 / Ass. Carimb. Med. Solicitante*

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.	39 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Bilhete.	41 - Série
37 - () Acidente de Trabalho Típico.	42 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE Empresa	44 - CBOR.
38 - () Acidente de Trabalho Trajetos.			

45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização.
48 - Documento	49 - Num. Documento
50 - Ass. Carimb. (RG Conselho)	

51 - Assinatura Paciente ou Responsável: <i>X Maria do Socorro da Conceição</i>	Usuário: ROSANGELA ARAUJO Consulta Local: Consulta SUS: 2018031851769 Impressão: 6:36:00
--	--







**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 93438
PACIENTE: ANTONIO SILVA SOUSA
NOME DA MÃE: RAIMUNDA MARIA DA CONCEICAO SILVA
DATA DO NASCIMENTO: 25/12/1984
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 23/03/2018
DATA DO LAUDO: 28/03/2018
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO ANTEBRAÇO ESQUERDO EM DUAS INCIDÊNCIAS

Fraturas oblíquas localizadas no rádio e ulna distais, fixadas por placas e parafusos metálicos.
Túneis radiolucientes de fixação metálica prévia localizadas na diafise média do rádio e ulna.
Aumento do volume e da densidade das partes moles do antebraço.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fraturas oblíquas localizadas no rádio e ulna distais, fixadas por placas e parafusos metálicos.
Túneis radiolucientes de fixação metálica prévia localizadas na diafise média do rádio e ulna.
Aumento do volume e da densidade das partes moles do antebraço.

Isis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

Dra. Liege de Sampaio
Médica
CRM-PI: 4173

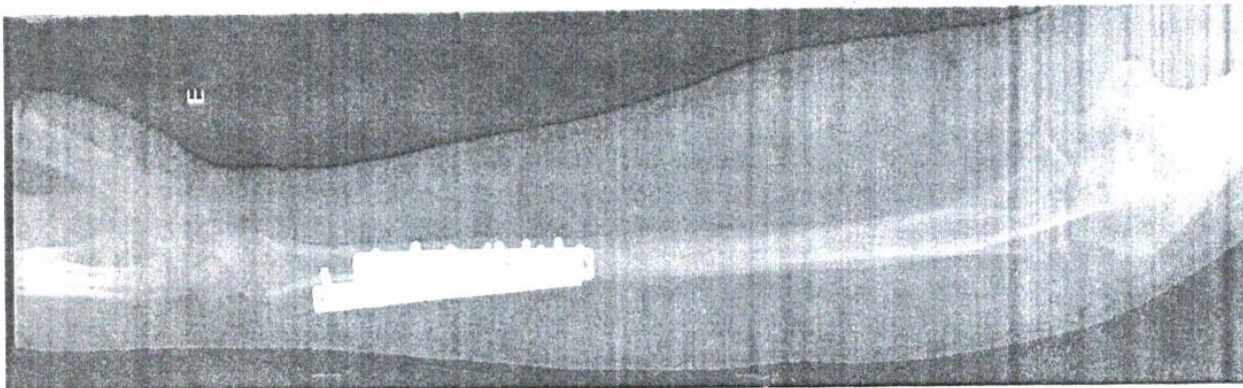
LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO
CRM: 4173

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI
CEP 64014-220 – CNPJ 07.444.159/0002-25

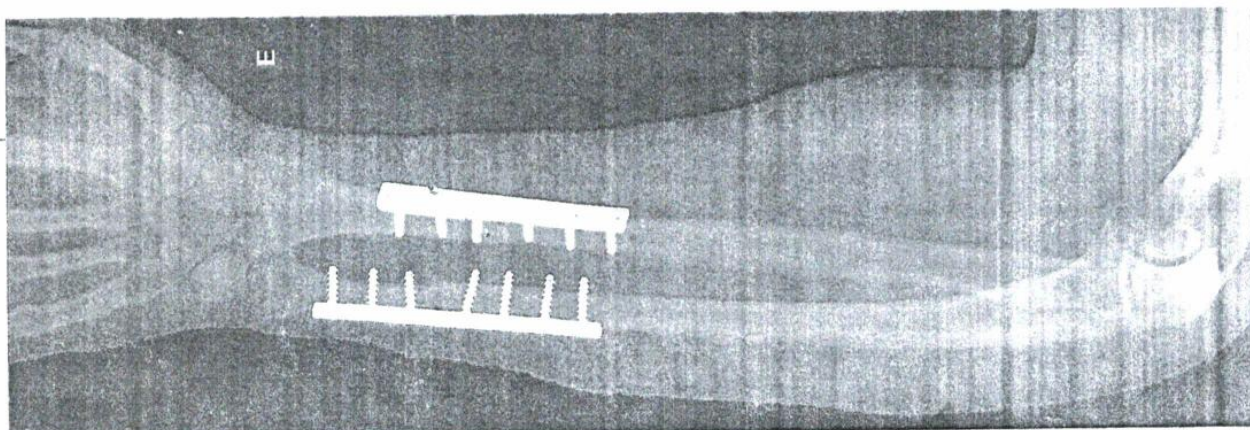
Telefone: (86) 3227-6265
Fax (86) 3216-1520







Guest
Exame: 25/03/2016 Hora: 08:31



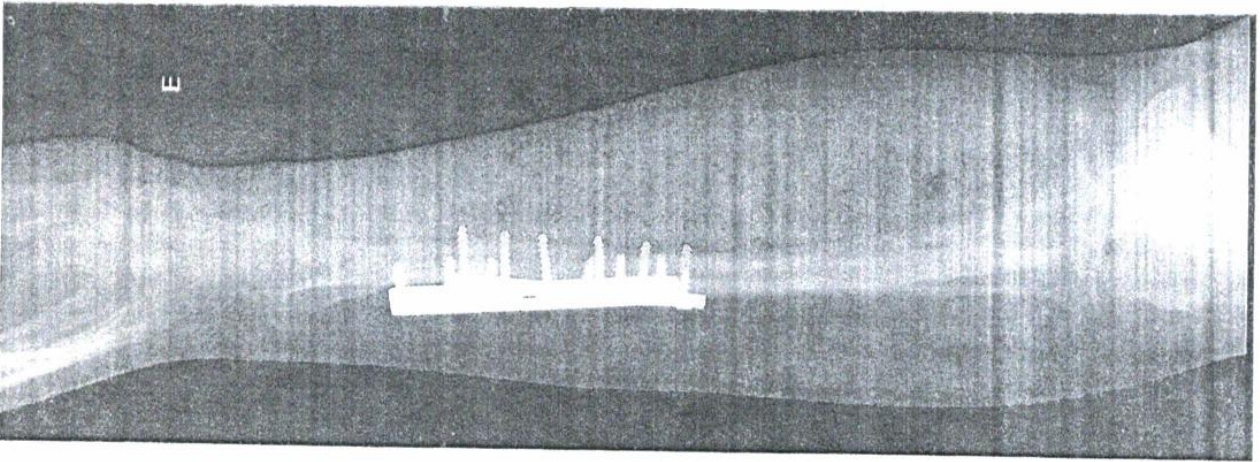
PMPI
ANTONIO SILVA SOUSA
Idade: 033Y
Sexo: M

Leis Henrique Vasconcelos Reis 1º Tén.
Chefe de Arquivo Técnico do HPM F1
RG: 105198193-2 Mat. 14495-3

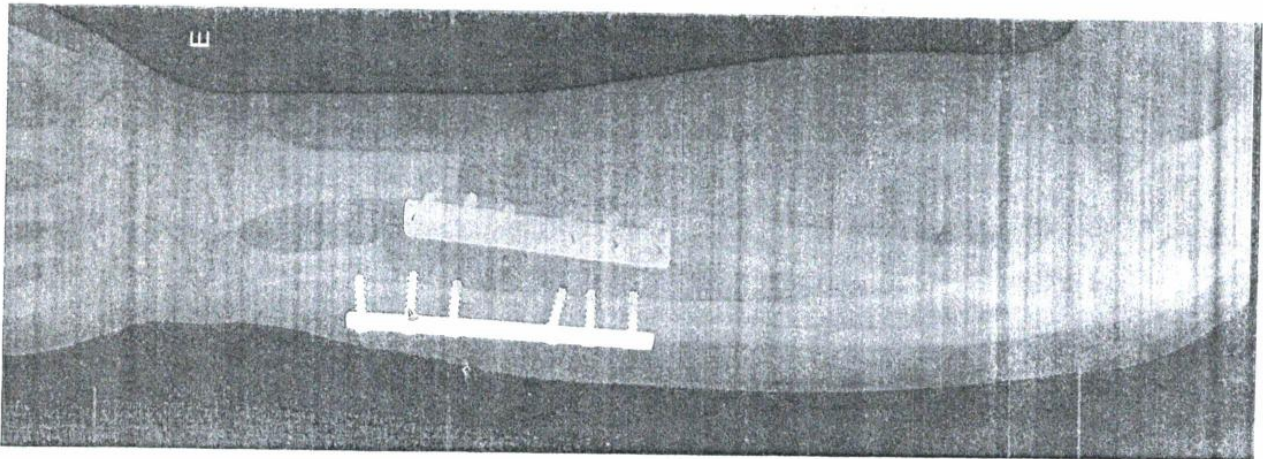
WC: 416
WW: 631







Guest
Exame: 19/08/2018 Hora: 07:53



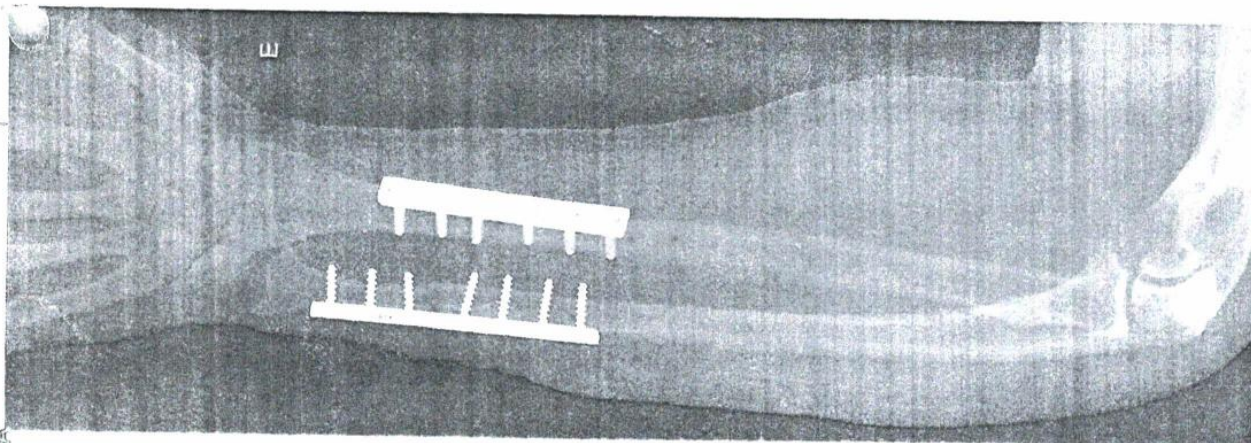
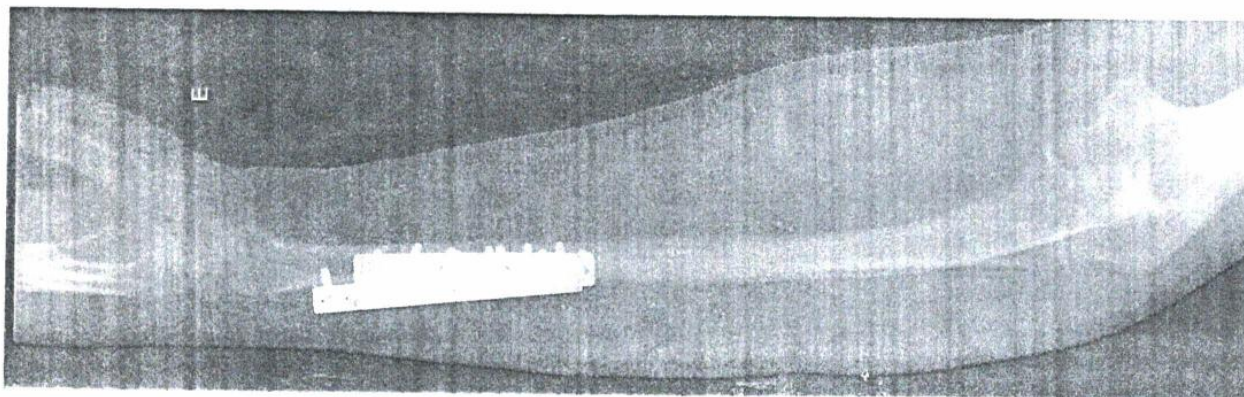
TPMP
ANTONIO SILVA SOUSA
data: 08/07
Sexo: M

Lt. Is. Henrique Vasconcelos Reis 1º Ten.
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105198193-2 Mat. 14495-3

WC: 896
WW: 2278







Guest
Exame: 25/03/2018 Hora: 08:31

4PMP1
ANTONIO SILVA SOUSA
data: 0337
Sexo: M

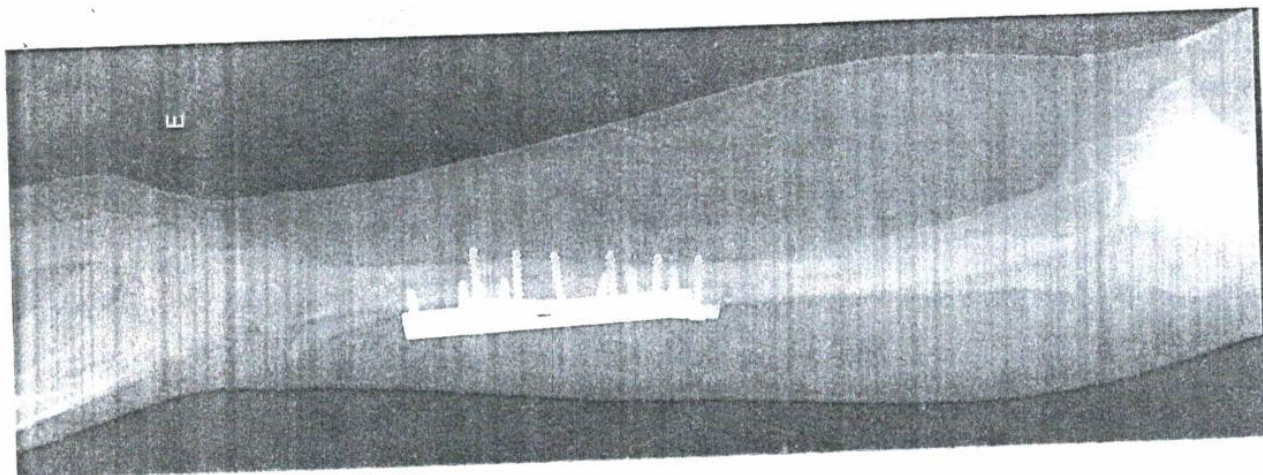
Leis Henrique Vasconcelos A. 1º TE. E.
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105103-2 Mat. 141003

WC: 416
WW: 031

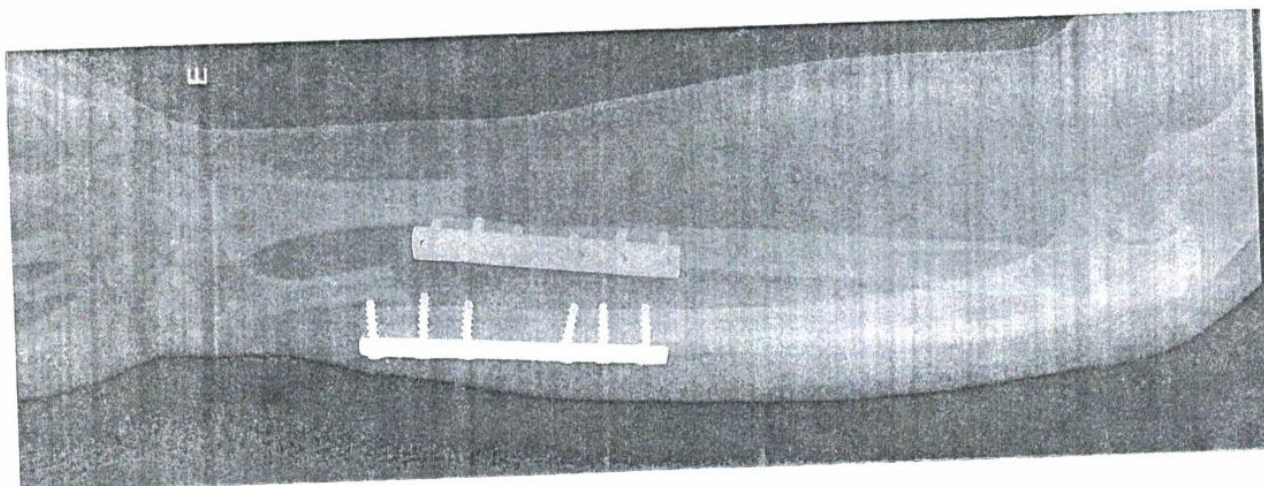




01334



Quest
Exame: 19/03/2013-Hora: 07:53



MPI
TONIO SILVA SOUSA
Idade: 033Y
Sexo: M

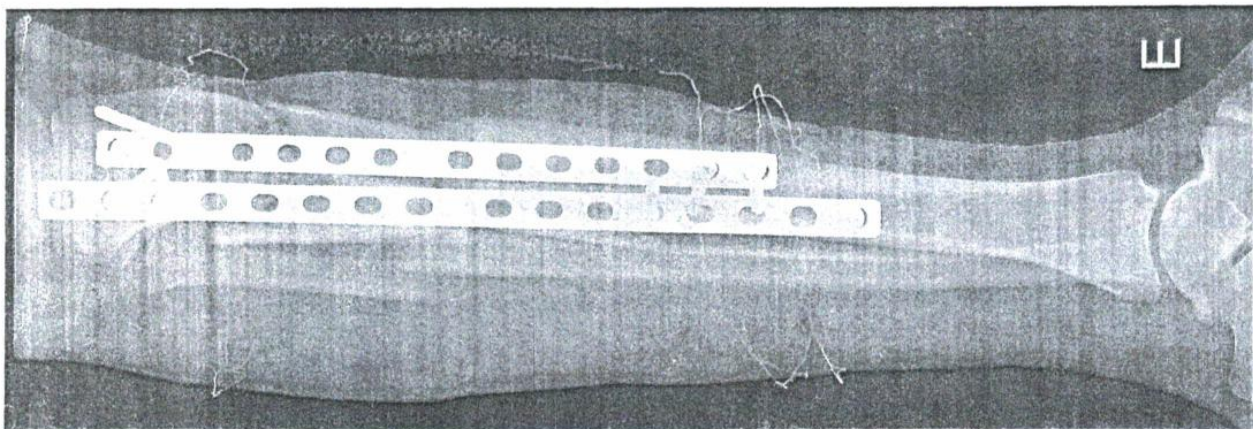
Leis Henrique Vasconcelos Reis 1º Ten. ...
Chefe do Arquivo Técnico do HPM F-1
RG: 12.412.93-2 Mat. 14405-3

WC: 896
WW: 2079

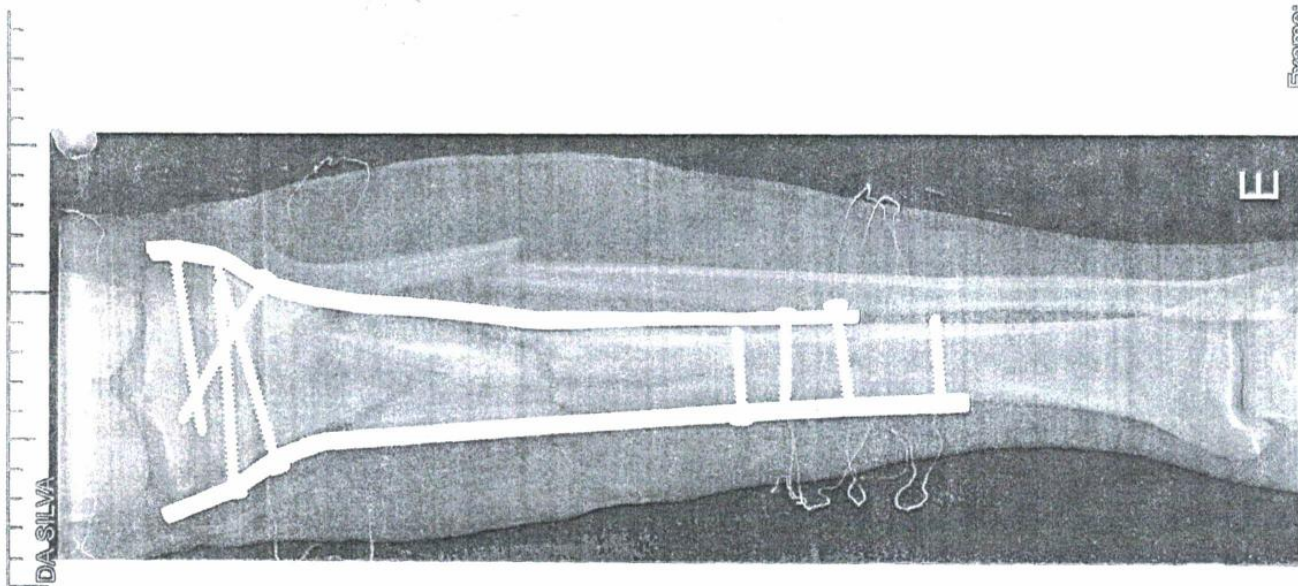




C.C. 205-2



Guest
Exame: 23/03/2018 Hora: 09:11



TPMP1
ANTONIO FRANCISCO DA SILVA
data: 020Y
Sexo: M

Enis Henrique Vasconcelos k. as 1º TEI...
Chefe do Arquivo Técnico do HPM F-I
C.O. 5122-93-2 Mat. 14.05.3

WC: 448
WW: 914







POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 89865
ATENDIMENTO: 603880
PACIENTE: ANTONIO SILVA SOUSA
DATA DO NASCIMENTO: 25/12/1984
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO
MEDICO: ERIKA FERREIRA REIS
POSTO: POSTO II ENF: 205 LEITO:

DATA: 19/03/2018

SEXO: M
IDADE: 33a 2m 23d

CREATININA..... 0,7 mg/dl
Material: Soro Método: Enzimático Valores de Referência:
De 0,4 a 1,4 mg/dl

UREIA:..... 18 mg/dl
Material: Soro Método: Enzimático Valor de Referência:
15 a 40 mg/dl

GLICOSE..... 91 mg/dl
Material: Soro Método: Enzimático Valores de Referência:
70 a 99 mg/dl

Leis Henrique Vasconcelos Reis 1º TE
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105.108.193-2 Mat. 18.006.3

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO
CAP. QOPM-FARMAC. BIOQUIMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUIMICO
CRF-PI 232

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Av. Higino Cunha, 1642 - Ilhotas - Teresina/PI
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3228-1260
Fax (86) 3216-1520







POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 89865
ATENDIMENTO: 603880
PACIENTE: ANTONIO SILVA SOUSA
DATA DO NASCIMENTO: 25/12/1984
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO
MEDICO: ERIKA FERREIRA REIS
POSTO: POSTO II ENF: 205 LEITO:

DATA: 19/03/2018

SEXO: M
IDADE: 33a 2m 23d

COAGULOGRAMA

Material: Sangue

Tempo de Sangria.....: 2,00 min.

Metodo: Duke Normal: 1,0 a 4,0 Minutos

Tempo de Coagulação.....: 10,00 min.

Metodo: Lee-Write Normal: Até 12 Minutos

Prova do Laço.....: NEGATIVA

Normal: Negativo

RETRAÇÃO DO COAGULO.....: TOTAL

Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEA
Chefe do Arquivo Técnico do HPM - I
RG: 105128193-2 Mat. 14405-3

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO
CAP. QOPM-FARMAC. BIOQUIMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUIMICO
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3228-1200
Fax (86) 3216-1520







POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 89865
ATENDIMENTO: 603880
PACIENTE: ANTONIO SILVA SOUSA
DATA DO NASCIMENTO: 25/12/1984
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO
MEDICO: ERIKA FERREIRA REIS
POSTO: POSTO II ENF: 205 LEITO: 03

DATA: 19/03/2018

SEXO: M
IDADE: 33a 2m 23d

HEMOGRAMA AUTOMATIZADO SDH-20 LAB

ERITROGRAMA:

Hemácias.....: 4,80 milhões/mm³
Hemoglobina.....: 13,50g/dl
Hematócrito.....: 43,0%

Valores de Referências
Homem Mulher
4,5 - 6,5 3,9 - 5,8
13,5 - 18,0 11,5 - 16,4
40,0 - 54,0 36,0 - 47,0

LEUCOGRAMA:

Leucócitos.....: 8.500mil/mm³

Valores Referências
4.000 - 10.000

Bastões.....: 72
Segmentados.....: 3
Eosinófilos.....: 3
Bastões.....: 24
Linfócitos.....: 1
Monócitos.....: 1
Metamielócitos.....: 1
Mielócitos.....:

3 - 5 %
50 - 66 %
2 - 4 %
0 - 1 %
20 - 30 %
4 - 8 %
0 - 0 %
0 - 0 %

OBS:

100.000 mm³ a 400.000
mm³

Plaquetas.....: 172.000mm³

OBS:

Método: Impedância/Difrações

Luís Henrique Vasconcelos Reis 1º TEI
Chefe do Arquivo Técnico do HPM
RG: 105128193-2 Mat. 141053

FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO
CAP. QOEM-FARMAC. BIOQUIMICO
CRF-PI 245

RAULINO F. FERREIRA
BIOQUIMICO
CRF-PI 292

HAROLDO LEAL SILVA
Farmacêutico-Bioquímico
CRF-PI 0985

Av. Higino Cunha, 1642 - Ilhotas - Teresina/PI
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone (86) 3228-1260
Fax (86) 3216-1520





2018-03-20 15:25

ID : 92798

Name : ANTONIO SILVA

Age : 33yrs. Sex : MAS

H : 0cm W : 0kg

Heart Rate : 59 bpm

PR int. : 152 ms

QRS dur. : 94 ms

QT/QTc : 394/389 ms

P-R-T axes : 64-68-25

3Channel + 1 Rhythm Report

Analysis Result ***

adiscardia Sinusal(HR:50-59)

Eixo Normal

Alterações Mínimas ou Variação Normal do ECG

*** Comment ***

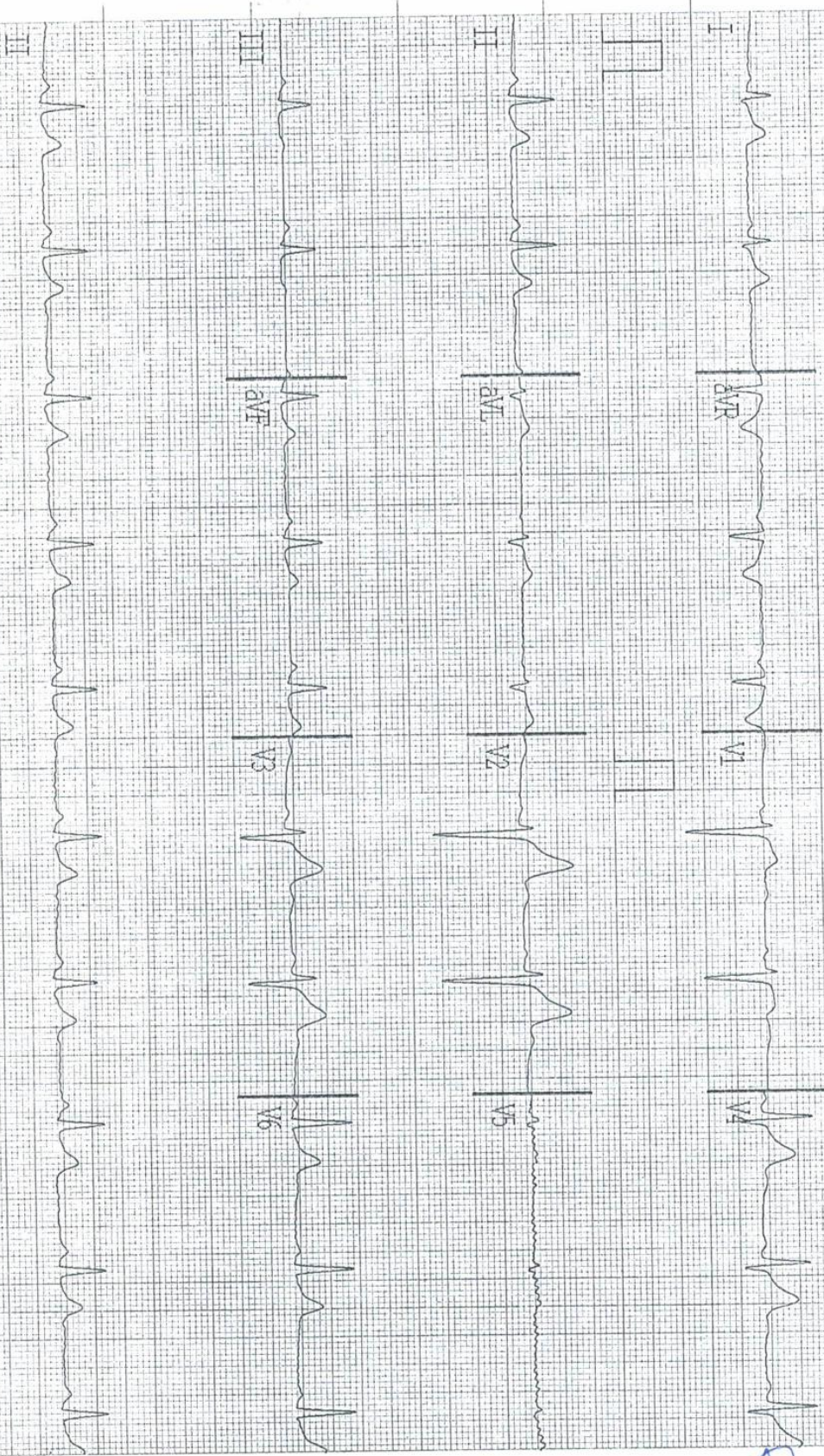
Hospital : uq, C?

Confirmed by :

PACIENTE: ANTONIO SILVA SOUSA

DATA NASCIMENTO: 25/12/1984

MÉDICO SOLICITANTE: DR ALBERT



Luís Henrique Vasconcelos R's 1º TEh. 11
Chefe do Arquivo Técnico do HPM - I
15/03/2018 09:03:2 Mat. 14105







REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - PI 9020160335448 Nº 012713350338			
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD-RENAVAM	RN-TRC	EXERCÍCIO
1	465970664		2017
RAIMUNDO PEREIRA DOS REIS			

CPF / CNPJ			
00453470343			
PLACA			
0EA-7844			
CHASSI			
902JC4110CR551353			
ESPÉCIE-TIPO			
PAS/MOTOCICLO/MENADUMA			
COMBUSTÍVEL			
GASOLINA			
MARCA / MODELO			
HONDA/CG 125 FAN KS			
ANO FAB.			
2012			
ANO MOD.			
2012			
CATEGORIA			
PARTIC			
COR PREDOMINANTE			
VERMELHA			
VENC. COTA ÚNICA			
1º IPVA			
2º			
3º PAGO			
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)			
IOF (R\$)			
PRÊMIO TOTAL (R\$)			
DATA DE PAGAMENTO			
2/5/2017			
SEM RESTRIÇÕES DE PORTE OBRIGATORIO			
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA			
OBSERVAÇÕES			
LAGDA ALEGRE			
LOCAL			
DATA			
2/5/2017			
RAO MARTINS DO REGO LOBAO			
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI			
DETERAN			
CONTRAN			

SÉGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SÉGURO DPVAT			
PI Nº 012713350338 BILHETE DE SÉGURO DPVAT			
ESTE É O SEU BILHETE DO SÉGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA			
www.dpvatsegurodotransito.com.br			
SAC DPVAT 0800 022 1204			
VIA	CPF / CNPJ	EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO
1	00453470343	2017	2/5/2017
RENAVAM	MARCA / MODELO	PLACA	
465970664	HONDA/CG 125 FAN KS	0EA-7844	
ANO FAB.	Nº CHASSI		
2012	902JC4110CR551353		
CAT. TARIF.			
09			
PRÊMIO TARIFÁRIO			
FNS (R\$)	DENATRAN (R\$)	IOF (R\$)	CUSTO DO SÉGURO (R\$)
81,28	9,03		90,31
CUSTO DO BILHETE (R\$)	PAGAMENTO	PARCELADO	DATA DE QUITAÇÃO
4,15	0,70		28/04/2017
TOTAL A SER PAGO PÉLO SÉGURO (R\$)			
185,50			
COTA ÚNICA			
X			
SEGURADORA LÍDER - DPVAT			
CNPJ 09.248.606/0001-04			
www.seguradoralider.com.br			
CONTRAN			

Sergio Luiz Oliveira Lobao





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1114 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 107500.000701/2018-39

Unidade de Registro: 20º DP - UNIÃO

Resp. pelo Registro: Everaldo Rodrigues Freire

Data/Hora: 13/06/2018 - 10:07

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

20º DP - UNIÃO

18/03/2018 - 09:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

UNIÃO

Endereço

LOCALIDADE POÇO D'ÁGUA, Nº:

Complemento

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ANTONIO SILVA SOUSA

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 2.573.572 SSP/PI

Mãe: RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA

Endereço: LOCALIDADE AREIAS, LAGOA ALEGRE, Nº

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: UNIÃO

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

MEIO(S) EMPREGADO(S)

Meio(s) Empregado

Apreendido

1 - OUTROS.

Não

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

Ano: Placa: Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - HONDA. CG 125 FAN KS

OEA7844

465970664

Vermelha

Condutor: ANTONIO SILVA SOUSA

End: LOCALIDADE AREIAS - LAGOA ALEGRE - PI Número: Complemento:

Cidade: LAGOA ALEGRE UF: PI Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

Proprietário: RAIMUNDO PEREIRA DOS REIS

Cidade: LAGOA ALEGRE UF: PI Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

RELATO DA OCORRÊNCIA

O denunciante compareceu a esta Delegacia para comunicar que em data, local e horário já mencionados trafegava na motocicleta acima mencionada, quando de repente foi surpreendido pelo súbito aparecimento de um animal (vaca) saindo da mata correndo e que o denunciante não teve tempo para frear ou desviar do animal ocorrendo o choque e ocasionando a queda do denunciante, que o denunciante foi socorrido por um primo seu e conduzido para o hospital de Lagoa Alegre - PI, posteriormente o denunciante foi encaminhado para o hospital da cidade de União - PI e por último foi transferido para o hospital HPM em Teresina - PI, onde o mesmo foi submetido a intervenção cirúrgica no braço esquerdo, pelos fatos aqui relatados faz o presente registro e requer certidão.

Everaldo Rodrigues Freire - Mat. 0094757
AGENTE DE POLÍCIA

ANTONIO SILVA SOUSA - Noticiante
Responsável pela Informação

Boletim de Ocorrência emitido em: 13/06/2018 10:07 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 1/2



Assinado eletronicamente por: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO - 14/02/2019 16:46:41

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021416464161600000004138613>

Número do documento: 19021416464161600000004138613

Num. 4299889 - Pág. 4



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1114 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 107500.000701/2018-39

Delegado de Polícia

Boletim de Ocorrência emitido em: 13/06/2018 10:07 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 2/2



Assinado eletronicamente por: SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO - 14/02/2019 16:46:41
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021416464161600000004138613>
Número do documento: 19021416464161600000004138613

Num. 4299889 - Pág. 5





Polícia Militar do Piauí
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL		FICHA DE PRONTUÁRIO		18/03/2018
SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Nome: ANTONIO SILVA SOUSA		Pront.: 224930
IDEM OUTROS HOSPITAIS		Nasc.: 25/12/1984 Sexo: M	Convênio: SUS - INTERNACAO	
SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Atendimento: 603880	Enfermaria: POSTO II	ENF 205 LEITO
CLÍNICA		Leito: 205		
Médico Assistente		Pai: ANTONIO FELIX DE SOUSA		
Permanência		Mãe: RAIMUNDA MARIA DA CONCEICAO SILVA		
CLÍNICA		RG: 2573572		
		Residência:		
		LOCALIDADE AREIAS		
		Nr.: 0		
		Cep: 64138000		
		Bairro: ZONA RURAL		
		Cidade: LAGOA ALEGRE		
		Telefone: 86 - 95395916		

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

Queda
na escada

DIAGNÓSTICO	
Provisório: <i>Prova de lesão na cabeça + ulna e</i>	CID S52.4
Principal: <i>Prova de lesão na cabeça + ulna e</i>	CID S52.4
Procedimento: <i>Prova de lesão na cabeça + ulna e</i>	
Sintomas e Sinais Principais <i>Ver a seguir</i>	Causa Médica <i>Ver a seguir</i>
Hist. Patológico <i>Dr. Henrique Vasconcelos R. T. Ten. Chefe do Arquivo Técnico do HPM-FI RG: 105199193-2 Mat. 14495-3</i>	

TRATAMENTO			
Tipo:	Terapêutica Médica	Operação	Eficácia
<input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirúrgico	<i>Prova de lesão na cabeça + ulna e</i>		<input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Médico Cirúrgico
DURAÇÃO			
Data/Hora de Internação 18/03/2018 23:40:42	Data da Alta <i>25/03/18</i>	Data da Hospitalização <i>18/03/18</i>	
ALTA			
Saída	Transferência	Óbito	
<input checked="" type="checkbox"/> Curado <input type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> A Pedido <input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico	<input type="checkbox"/> Divisão Médica <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Evasão <input type="checkbox"/> P. Ambulatório	<input type="checkbox"/> Fisiologia <input type="checkbox"/> Psiquiatria <input type="checkbox"/> Outros	
		<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agênico ou pré-agênico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agênico ou pré-agênico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação	

THE *23/03/18*

Assinatura:

DR. CARLOS DE SOUZA LIMA JUNIOR
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 2313 / COT 8059

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"

Av. Hígino Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1256 - Fax: (86) 3216-1520
CEP.: 64014-090 - Teresina - PI. CNPJ.: 07.444.159/0002-25 - CMC. 035.372-8





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 25 / 03 / 18
Nº DO PRONTUÁRIO 224930 SALA 07
CÓD DA CIRURGIA:

Descrição da Cirurgia:

(1) A H V - A - en - Dow -

(2) Bando do MSE

(3) A A - en - g - ch - e -

(4) Fratura A - D - M -

(5) hof Alvaros.

(6) hof. fix. radio + ulna e
A - Alvaros UCT 3,5

(7) S - D - Alvaros

(8) en - D - no

(9) hof radio MSE

Dr. Henrique Vasconcelos F. de S. I. TEL. 111
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105.198.193-2 Mat. 14495-3

DR. ELMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM 2313 TEOT - 8054

Cirurgia: hof Alvaros radio + ulna + Fix. radio + ulna e

Cirurgião: Edmar

1º Auxiliar: hof. Samuel

2º Auxiliar:

3º Auxiliar:

Instrumentador: Otiarte

Circulante: J. Jesus





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE ANESTESIA

DATA: 23/03/18
Nº DO PRONTUÁRIO: 229930 SALA: 07
CÓD DA CIRURGIA:

NOME: Antonio Silva Sousa Idade: Sexo: ASA:
PROCEDIMENTO: Rotação do Antebraço (C)
CIRURGIÃO: M. Edmar AUX: Samuel ANEST.: Jhon ANESTESIA: Bloqueio
INSTR.: Eliana CIRC.: J. F. H. INICIO: FIM: SALA: 07
P.A.: F.C.: PESO: Hto: Glicemia: Creatina: Respir.:

AGENTE ANESTÉSICO	OXIGENIO										SEQUÊNCIA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
REPOSIÇÃO VOLÊMICA											
MONITORIZAÇÃO	SaO ₂ (%)										X - Monitorização venótilar (vein) ECG LOX; IPNS ① Lidoz 1 (20ml) Bupiv 0.5% (20ml) a. 1: 200 mg ② M02 2.5mg Fenta 400 µg ③ Profounda 2g X: final da anestesia
	E.C.G.										
	EtCO ₂ (mmHg)										
	#										
	260										
	240										
	220										
	200										
	180										
	160										
MONITORIZAÇÃO	INÍCIO E FIM DA ANESTESIA V.P.A. L. P.A. MÉDIA										DURAÇÃO
	FREQUÊNCIA CARDÍACA A PADIÁSTOLICA										
	TEMPERATURA										
	DIURESE (ml)										

Técnica Anestésica:

Comentários Adicionais:

Bloq. place br. igual via INF/ via. girar

MONITORIZAÇÃO

☐ ECG ☐ Oxímetro ☐
☐ PAM ☐ Capnógrafo ☐
☐ PANI ☐ PVC ☐

Gases	l/min	Início	Fim	Tempo
Oxigênio ()				
N ₂ O ()				
Ar Medic. ()				

Medicamentos Utilizados					
Adrenalina _____ Amp	Dolantina _____ Amp	Midazolam _____ Fr	Propofol _____ ml _____ Amp		
Água dest. 10ml _____ Amp	Droperidol _____ Amp	Metronidazol _____ Fr	Ranitidina _____ Amp		
Atropina _____ Amp	Efortil _____ Amp	Neocaina Psa 0,5% _____ Amp	Quelicin _____ Amp		
Bextra _____ Amp	Efredim _____ Amp	Narcain _____ Amp	Quetamina _____ ml		
Bromoprida _____ Amp	Enflurano _____ ml	Novabupi 0,5% _____ Fr	Remifentanil _____ Fr		
Cefazolina 1g _____ Fr	Fentanil _____ ml	Nubain _____ Amp	Ringer-lactado _____ Fr		
Cefatolina _____ Fr	Fentanil (S/C) _____ Amp	Neocaina _____ % _____ V _____ Fr	S. Fisiológ. 0,9% _____ ml _____ Fr		
Ciprofloxacina _____ Fr	Halotano _____ ml	Neocaina 0,5% isobár. _____ Amp	S. Glicosado 5% _____ ml _____ Fr		
Clonidin _____ Amp	Hidrocortisona _____ ml	Neostigmina _____ Amp	Scalp n° _____ Und		
colóide () _____ Fr	Isoflurano _____ ml	Omeprazol _____ Fr	Tracur _____ Amp		
Dexametazona _____ Amp	Jelco n° _____ Und	Ondasetrona _____ Amp	Tilatil _____ Fr		
Diazepam _____ Amp	Lidocaina _____ % _____ V _____ fr	Poliso Cel _____ Fr	Tiopental _____ Fr		
Dimorf _____ mg _____ Amp	Metoclopramida _____ Amp	Pancurônio _____ Amp			
Dipirona _____ Amp	Manitol _____ Fr	Profenid _____ Fr			

Anestesiista - CRM

Jonh Herbert de Oliveira Rocha
ANESTESIOLOGISTA
CRM-PI 2006





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 93244
PACIENTE: ANTONIO SILVA SOUSA
NOME DA MÃE: RAIMUNDA MARIA DA CONCEICAO SILVA
DATA DO NASCIMENTO: 25/12/1984
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 22/03/2018
DATA DO LAUDO: 02/04/2018
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO ANTEBRAÇO ESQUERDO EM DUAS INCIDÊNCIAS

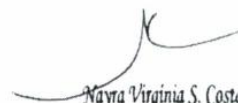
Fratura completa, desalinhada, na diáfise distal do rádio e da ulna, com desvio lateral das porções laterais. Placa e parafusos metálicos nas porções proximais .

Redução difusa da densidade mineral óssea.

Aumento do volume e da densidade das partes moles adjacentes.

*Correlacionar com dados clínicos.

Leis Henrique Vasconcelos F. 1º Ten.
Chefe do Arquivo Técnico do HPM-PI
RG: 105198193-2 Mat. 14405-3


Naira Virginia S. Costa
CRM-PI 3326

NAYRA VIRGINIA DE SOUSA COSTA
CRM: 3326

Av. Higino Cunha, 1642 – Ilhotas – Teresina/PI
CEP 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265
Fax (86) 3216-1520

